

## Capítulo XIII Ainda a varíola

Clementino Fraga

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

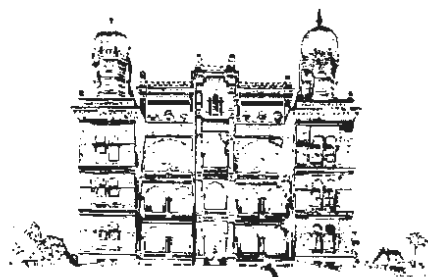
FRAGA, C. Ainda a varíola. In: *Vida e Obra de Oswaldo Cruz* [online]. 2nd ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 115-119. ISBN: 978-65-5708-099-3. <https://doi.org/10.7476/9786557080993.0017>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## AINDA A VARÍOLA

**E**STÁVAMOS a 10 de fevereiro de 1908, quando Osvaldo Cruz regressou ao Rio de Janeiro, de sua viagem triunfal à Europa, América do Norte e América Central.

Tão depressa reassumira seu cargo, advertia do perigo de nova incursão epidêmica da varíola no Distrito Federal, quando declinasse o calor e entrasse o inverno. A lei da vacina obrigatória ficara sem regulamento, não tendo o diretor aceito a redação do Deputado Teixeira Brandão. A população continuava a repelir a vacina jenneriana: vacinava-se quem queria.

É certo que a imprensa já então adotara diversa orientação, aconselhando ao povo a vacinação pelos prepostos da autoridade sanitária.

Não conseguindo do govêrno a aplicação da lei da vacinação obrigatória, o diretor solicita demissão. Negou-a o govêrno, publicando a seguinte nota oficial:

*"Comunicando o Sr. Ministro do Interior ao Sr. Presidente da República que o Sr. Dr. Osvaldo Cruz pedira demissão do cargo de Diretor-Geral da Saúde Pública, pediu S. Ex.<sup>a</sup> ao Ministro que declarasse ao nosso sábio compatriota que seu nome e a sua responsabilidade se achavam ligados à glória da extinção da febre amarela e que êle merecia a confiança não só do govêrno, mas da nação inteira."*

Às interrogações do redator da *Gazeta de Notícias* respondeu o diretor:

"– Que lhe hei de dizer? No mês de abril a epidemia de varíola ocasionou 580 notificações com 231 óbitos, contra 342 notificações e 147 óbitos do transato. A mortandade geral foi de 1.583 óbitos (52,33 por dia), contra 1.570 (51,06), de março. O coeficiente mortuário geral foi de 23,13 por mil. Além da varíola, não foi

notado caso algum de moléstia transmissível. O estado sanitário do Rio seria magnífico se não fôsse a varíola.

– E que é preciso fazer para impedir a varíola?

– A vacinação, a vacinação em massa. Sem isso é absolutamente impossível acreditar que a varíola acabe. A epidemia de agora é comparável à epidemia de 1904. O senhor deve saber que há bairros inteiros atacados, ruas em que a varíola vai quase de casa em casa buscar a sua vítima. Qual o remédio? A vacina, vacina prévia. Se agora todo o Rio de Janeiro se resolvesse a aceitar a vacinação, eu já não poderia impedir o desenvolvimento da epidemia nesta época, senão muito limitadamente.

– Mas é grande agora o número de vacinados.

– Sim, na classe dos pouco *varioláveis*, nas classes cultas. Conheço bem o caso. Vacinam-se as senhoras, os cavalheiros, quase todos já vacinados. Mas o povo? O povo, as classes incultas acreditam que a moléstia quem dá é Deus e que por conseqüência só Deus a pode tirar. Ninguém as pode convencer de que a vacina é um bem. E entretanto a esta oposição bastaria apontar-lhes a ação benfazeja de uma obra iniciada no Ministério Seabra e que foi denominada o *Código das Torturas*. O *Código das Torturas* não torturou ninguém e fêz um enorme bem.

– Graças à sua inquebrantável vontade...

– Eu só desejo a saúde do povo. Mas, como ia dizendo, são baldados todos os esforços. Eu tenho médicos que são de uma dedicação, de um desvêlo extraordinário, que percorrem as estalagens, os cortiços, as fábricas, fazendo o possível por convencer. A mulher tem sempre uma dor de dentes, o marido não está, os filhos estão doentinhos, e afinal ninguém se vacina. As casas estrangeiras têm disciplina. O diretor de um banco estrangeiro ordena que os empregados se vacinem e a vacinação faz-se em massa. Nas casas nacionais, nas fábricas nacionais, é uma questão de liberdade individual: vacina-se quem quer e há hostilidade curiosa contra o enviado da higiene que não vai lá perpetrar nenhum crime, mas apenas como zelador de saúde pública. Sem que as classes pobres, as mais densas, se resolvam à vacinação, eu não posso fazer nada para impedir uma epidemia. Temos agora a varíola tão forte como em 1904. Pois bem. Daqui a três ou quatro anos ela voltará com a mesma violência. É fatal.

– É desolador.

– Reduz-nos, em higiene, ao atraso das aldeias, dos países em que ainda não entrou a civilização.

A propósito posso mostrar-lhe a parte do meu relatório, um tanto atrasado por motivos das minhas viagens, que se refere à varíola. Leia:

O Dr. Osvaldo Cruz passa-nos umas provas de que minutos antes fazia a revisão. E nós lemos:

‘Acanho-me tôdas as vêzes que, como agora, tenho de referir que a varíola ainda grassa no Rio e entristece-me prognosticar que, no decurso do próximo inverno, ela atingirá a proporções bastante grandes. Enquanto a vacinação não fôr feita em massa, e não se constituir, por lei, um dever de que tôda a população se imunize nos prazos, hoje, tão bem fixados pela ciência, teremos sempre o triste e doloroso espetáculo de vermos uma cidade que, por todos os seus requisitos, tem direito incontestável a ser classificada entre as primeiras do mundo, igualada, nesse particular de varíola, às mais atrasadas aldeias dos países em que ainda não entrou a civilização.

Que o govêrno se digne de ordenar as medidas que há tanto têm sido o anelo desta Diretoria, no intuito exclusivo de defender ou acautelar os altos interêsses de saúde pública, que lhe foram confiados, e a varíola abandonará, para sempre, nossa cidade. Poderemos, então, sobranceiros, proclamar, bem alto, a completa realidade do nosso estado sanitário, que constitui hoje uma verdade, que torna acessível ao estrangeiro êste recanto abençoado do mundo.

*Um país civilizado não pode ter mais em sua estatística mortuária a rubrica – Varíola.*

Esta diretoria, confiante, aguarda que o govêrno se digne de mandar que a varíola seja extinta, e, nesse dia, ela o será.’

– E o govêrno?

– O govêrno tem as melhores intenções, mas eu, absolutamente afastado da política, não conheço da conveniência dos momentos políticos.

– Mas se êle o atender?

– Eu provarei como a varíola desaparecerá da nossa estatística mortuária.”

A varíola palmo a palmo ganhou terreno, disseminando-se a terrível moléstia a tôda a cidade, bairros e subúrbios.

Em relatório apresentado ao ministro, o diretor dizia altivamente:

*“Confiante nos efeitos da vacinação obrigatória, espera esta Diretoria que o govêrno se digne ordenar que desapareça a varíola, e ela desaparecerá.”*

Nesse surto epidêmico, a mortalidade pela varíola atingiu a 6.400 vítimas, o dôbro da de 1904, que foi de 3.556 variolosos.

No entanto, os relatórios do diretor da Saúde Pública eram escandalosos, em sua grandeza. Assim o de 1904:

“Ainda incandescem os últimos braseiros da formidável epidemia de varíola que assolou esta capital em 1904. É vergonhoso que no século XX a cidade que, por todos os motivos, tem o incontestável direito de ser considerada a primeira cidade da América do Sul, tenha sido o maior foco de varíola do mundo durante o ano de 1904!

A varíola, que dentre as moléstias evitáveis é a mais fãcilmente evitável! O Congresso Nacional resolveu que se ponha em prática a única medida capaz e suficiente para terminar, por completo, com essa vergonha nacional: a vacinação e revacinação obrigatória.”

Em 1905 dizia o diretor:

“A varíola não se manifestou sob forma de epidemia, o que era, aliás, de esperar, à vista não só da grande epidemia do ano de 1904 que imunizou e eliminou grande número de não vacinados, como da extensa vacinação e revacinação a que esta Diretoria teve ocasião de proceder antes da antipatriótica campanha, feita contra essa medida profilática, a única capaz de fazer desaparecer dentre nós esta moléstia vergonhosa que só grassa hoje em dia entre os habitantes das nações não civilizadas.

Estou certo, porém, que mais cedo ou mais tarde, o patriótico govêrno do nosso país ordenará a eliminação da varíola de nosso quadro nosológico, o que será conseguido no dia em que isto fôr resolvido. Poderemos então ombrear desassombrados com as mais civilizadas e salubres nações do mundo.”

A propósito de hospitais de isolamento reclamou:

“De urgente necessidade é a construção de hospitais de isolamento que mereçam êste nome. No relatório do ano passado tive ocasião de submeter a V. Ex.<sup>a</sup> as plantas de um hospital para isolamento individual dos infectados. A construção dêsse hospital foi iniciada, e, por falta de verba, acha-se suspensa. Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que tendo feito submeter os planos dêste hospital ao

Instituto de Moléstias Infectuosas, de Berlim, por intermédio do arquiteto encarregado de sua construção, o Sr. Luís de Moraes, foi o projeto acolhido com entusiasmo pelo Prof. Kolle, diretor daquele Instituto, que pediu autorização para submetê-lo à apreciação dos sábios que trabalham sob sua direção, como um modelo de construção sanitária, no gênero. Se V. Ex.<sup>a</sup> conseguir com que se efetue a construção de tal hospital, estou certo, dotará nosso país de um melhoramento digno dêle.”

Em 1906 voltava a officiar ao ministro:

“Durante o ano de 1906, a varíola não se manifestou. A ausência da moléstia explica-se com a grande epidemia de 1904, que, tendo eliminado um grande número de indivíduos imunes, afastou quase todo o combustível. O serviço de vacinação e revacinação foi feito raramente, à vista da propaganda que contra essa medida salutar foi feita por aquêles que se apresentaram como *amigos do povo*. A varíola desaparecerá, por completo, do Brasil, no dia em que o govêrno quiser. Existe votada uma lei providencial, com que a sabedoria do Congresso dotou nosso país. Resta que o govêrno a regulamente e ordene à Diretoria de Saúde que a ponha em prática. A ocasião é propícia. Não há epidemia. O número de pessoas a imunizar é relativamente pequeno. A tarefa é fácil e os resultados são absolutamente seguros. Um país civilizado não pode ter mais em sua estatística mortuária a rubrica – VARÍOLA.”

Por final, ainda no relatório de 1907, lembra, nova vez, a necessidade de um hospital de isolamento:

“O Rio de Janeiro ainda não possui um hospital de isolamento digno dêste nome. Urge dotar a capital da República dêste inestimável recurso profilático. Esta Diretoria já fêz os necessários estudos e apresentou os planos para a construção de um hospital modelo, que em tempo foram apresentados ao govêrno.”

Nos documentos oficiais e publicações da época se encontram, pois, informações completas a respeito do combate à varíola, nas quais se verifica a ação pontual da autoridade sanitária.